

# Como o vôo da barata

Ricardo A. Setti

Cada país, em cada época, tem as pessoas e as metáforas que merece. A segunda metade do século passado assistiu à luta abolicionista e um de seus precursores, Castro Alves, o "poeta da liberdade", consagrou um estilo que, como se sabe, foi batizado de "condoreiro" — tanto pelo achado poético "A praça é do povo/ como o céu é do condor" como pela nobreza de ideais e a elevação de intenções que o inspirava. No Brasil do "centrão", condoreiros cederam lugar ao que poderíamos chamar de "periplanetários" — burocratas e políticos que se pautam pelas exatas dimensões e a mesma graça de estilo do vôo alçado pela *periplaneta americana*, nome científico da espécie mais comum da barata doméstica.

Veja-se, por exemplo, o caso do nobre senador Saldanha Derzi, do Mato Grosso, que responde pelas funções de líder do governo no Senado. Numa semana de tantas preocupações governistas com o tamanho do mandato do presidente José Sarney, aliviadas com os resultados do festim de quinta-feira na Constituinte, saiu o senador a campo para invectivar ante as câmaras da televisão os perigos, para a sitiada economia pátria, da sucessão de eleições que poderá assolar o país caso não se tome alguma providência enérgica. Alarma-se Derzi, com aquela aflição que um ex-senador biônico como ele próprio sente à mera visão de um título de eleitor, ante a perspectiva de que, conforme mandam as regras do jogo, tenhamos efetivamente eleições municipais este ano, se isso ocorrer, lembra Derzi, preocupado, haverá eleições em três anos consecutivos, já que em 1989 o povo irá finalmente escolher o presidente da República e, em 1990, será a vez de governadores, senadores, deputados federais e deputados estaduais. Quem quer isso para o país, fulmina Derzi, perfila uma atitude "impatriótica".

Outro político muito preocupado é o deputado Inocêncio de Oliveira, do PFL pernambucano. Ele, antes de votar pelos cinco anos de Sarney, andou percorrendo suas bases eleitorais no interior, e manifesta-se, depois disso, "horrorizado" com os custos da campanha. Imaginem que cada cabo eleitoral do deputado está querendo um milhão de cruzados para lhe manter a lealdade política. Se, porém, ao invés de percorrer os cafundós da Serra Talhada, o deputado desse uma voltinha pela Grande São Paulo, onde vivem dez por cento da população do país, ele regressaria a Brasília provavelmente muito mais horrorizado com outra constatação: a de quanta gente não acredita mais em políticos como ele. Segundo pesquisa que a agência de propaganda Almap acaba de concluir, são 61% dos habitantes a compartilhar da mesma ojeriza.

Mas isso é uma outra história. Voltemos às municipais. Pobres eleições municipais. Excetuados os 70 milhões de eleitores brasileiros, ninguém mais parece querer que elas ocorram. O presidente Sarney não fornece sinais convincentes de morrer de amores por elas, já que não lhe atrai ser saco de pancadas em mais de 4 mil municípios brasileiros. O governador Orestes Quécia, que pilota o mais poderoso e populoso estado brasileiro e, além disso, sempre fez do municipalismo uma

bandeira eleitoral, já andou mexendo pauzinhos em Brasília para empurrar as eleições para 1989. Jânio Quadros, que comanda a maior cidade do país, declara abominar um dia sequer de mandato prorrogado para si — talvez por sentir-se melhor em Londres do que em sua tediosa rotina de prefeito —, e não obstante articula sem maior pudor a medida para os outros. "Eleições este ano serão prejudiciais para o país", imagina. O dr. Ulysses Guimarães, em seu silêncio de faraó, deixou de defender as municipais há muito tempo — e suspeita-se que, temendo com todo fundamento pela sorte de seu PMDB nas urnas, veria com bons olhos o adiamento. Não faltam governadores apreensivos com a mesma batata quente na mão, e que poderíamos classificar como igualmente "oitentaenovistas". O pessoal do "centrão" caminha na mesma direção, até por força do hábito: havendo indícios de que a nação se inclina, politicamente, para um lado, lá está o "centrão", do outro.

Como os argumentos dos prorrogacionistas não são sérios, não é o caso de discuti-los seriamente. De todo modo, não custa lembrar que a república americana, modelo declarado de tantos políticos tupiniquins, realiza eleições — a nível federal, estadual, local e municipal — religiosamente todos os anos, há mais de um século. A sólida, invejável democracia italiana não passa doze meses sem algum teste pelas urnas — sem contar o fato de que nenhum parlamento da Itália, desde 1946, cumpriu seu mandato integral de quatro anos sem ser dissolvido, antes, para a realização de novas eleições. E os franceses, como lembrou em artigo no próprio JB o jornalista Nirlando Beirão, só no final deste ano terão ido às urnas quatro vezes: no primeiro e no segundo turno das eleições presidenciais do mês passado, e nos dois turnos das legislativas deste mês.

Já o pobre eleitor brasileiro, além de votar pouco, a cada eleição é obrigado a votar diferente. Vinculação parcial de votos, sublegendas, voto de legenda, fim da sublegenda, fim do voto de legenda, vinculação total, extinção da vinculação —, e o brasileiro, desde o longínquo 1962, não conseguiu ter as mesmas regras do jogo repetidas sequer uma única vez. Atualmente, temos uma Constituição, um código eleitoral em vigor e uma regulamentação específica virtualmente aprovada para as eleições de novembro, mas isso tudo ainda não basta para que o puro e simples gesto de o eleitor enfiar o voto na urna possa ocorrer. As espertezas prorrogacionistas estão acontecendo na Constituinte, no âmbito do saco de gatos das Disposições Transitórias, cuja votação, interrompida com o desfecho da questão do mandato de Sarney, na quinta-feira, recomeça amanhã em Brasília.

Com tudo isso, o eleitor tem mostrado cada vez mais que gosta de votar, e sabe como fazê-lo. Basta indicar a brutal queda na abstenção que se deu nos últimos pleitos, bem como o baixo índice de votos nulos, próximo aos registrados no primeiro mundo. Só falta que os nossos políticos mais admiradores do vôo da barata — estes sim, perfeita e definitivamente terceiro mundo — deixem o povo votar.